

Nobre guerreiro e tecnólogo

Prof.^a Dra. Tânia Regina Pires de Godoy.
Academia da Força Aérea Brasileira – AFA.
Email: taniagodoy@terra.com.br. 30/06/2008.

1ª Sessão Temática: “Quais Teorias para os Estudos de Defesa?”

1. Introdução

As diretrizes pedagógicas na formação dos futuros oficiais militares brasileiros apresentam atributos considerados necessários, tais como coragem, lealdade, honra, senso de dever, comprometimento em dar o tributo de sangue na defesa da Pátria.

Entretanto, seus programas curriculares se apresentam com uma carga de disciplinas bem extensa e abrangente, perpassando por várias áreas do conhecimento, relevando maior carga nas áreas das ciências exatas no emprego tecnológico bélico, mas também no ensino de conceitos em ciências sociais, o que concorre para uma abordagem de diversos assuntos de maneira superficial, geralmente impossibilitando ao discente o contato com autores clássicos dos variados campos do saber, legando-lhes um conhecimento de segunda mão e notadamente sintetizado.

No concurso em despertar os atributos destinados ao perfil do líder militar, segundo a fraseologia castrense, observamos que os conteúdos de História Militar e de Liderança (ou Orientações Doutrinárias) são essencialmente direcionados a contemplar estes objetivos educacionais para imprimir comportamentos, lições, exemplos do que se espera de um oficial militar da Força a que pertence.

Este trabalho pretende trazer à luz reflexões acerca de quais fontes de conhecimento, sejam da área humanista ou das ciências naturais, melhor contribuem no alcance do perfil militar esperado, analisando os processos educativos da Escola Naval, AMAN e AFA, que também são observados nos cursos de carreira e de Estado Maior de cada Força brasileira.

Para conduzir esta análise, saliento que existe uma mescla entre a busca de áreas mensuráveis e soluções categóricas na formação destes jovens líderes guerreiros e a necessidade de transmitir noções subjetivas de caráter, percebidos em programas curriculares extensos para contemplar todas as possíveis necessidades de conhecimento, mas que tornam os cursos de carreira da oficialidade militar muito amplos e sua definição profissional pouco evidente.

Concorre para estas circunstâncias a autonomia existente nos Comandos Militares ao tomar as decisões concernentes às diretrizes pedagógicas e aos conteúdos a serem ministrados em suas Escolas de formação, com praticamente nenhum envolvimento dos setores vinculados à formação acadêmica do Ministério da Defesa. Levantarei algumas sugestões práticas nas quais a

aproximação e participação do MD podem contribuir positivamente na busca de uma formação de excelência e harmônica entre as Forças Armadas brasileiras, promovendo simultaneamente a aproximação dos futuros oficiais militares em ações educativas e exercícios operacionais de campanha e alcançando a integração desta jovem liderança em seu desempenho profissional na defesa da nação.

2. Características dos programas curriculares de formação da liderança militar brasileira

2.1. Escola Naval

Primeiramente, a consideração explicitada neste trabalho acerca da formação da liderança militar, cujo desempenho social é direcionado à prática da guerra, é a exigência de um preparo mais sólido do profissional militar devido ao desenvolvimento técnico na arte dessa atividade humana. Por isso, o aprendizado passou a ser ministrado nas academias militares das nações europeias no século XIX, tendo como a mais antiga a *Kriegsakademie* prussiana, de 1808, que instituiu a profissionalização do oficial militar. Segundo Huntington,

Eles consolidaram as instituições e os ideais que dominaram as forças prussianas pelo restante do século e forneceram o modelo segundo o qual praticamente todos os demais corpos de oficiais foram moldados. Cada nação deu sua contribuição peculiar à cultura da sociedade ocidental. Para a Prússia vai a distinção de ter dado origem ao oficial profissional (1996 [1957]: 49).

Na necessidade de se formar um melhor comandante, desde a instituição das academias de formação profissional da oficialidade, a disciplina de História Militar fazia parte da grade curricular, com o objetivo de constituir os elementos positivos e exemplares para nortear a formação desses líderes guerreiros, de acordo com Huntington (ibid.: 66). Podemos constatar com isso que a história sempre fora utilizada como fundamento teórico na extração dos exemplos e ensinamentos aos comandantes, baseados nos sucessos ou fracassos observados nas guerras do passado. Assim,

A vocação militar é uma profissão porque acumula experiências que fazem um conjunto de conhecimentos profissionais. Na visão militar, o homem só aprende pela experiência. Se tem pouca oportunidade de aprender pela própria experiência, terá então de aprender pela experiência dos outros. Daí o gosto do militar pelo estudo da História. Pois a História é, na frase de Lidell Hart, “experiência universal”, e História Militar, como disse Moltke, é “o meio mais eficaz de ensinar guerra em tempo de paz” (ibid.: 82).

Por isso, não é difícil depreender que o estudo da história recortada em história militar, que privilegia as ações políticas beligerantes entre as nações e o estudo das guerras do passado, dos teatros de operações e dos resultados obtidos pelos comandantes que se tornaram ilustres, ou pelos sucessos heróicos ou pelos fracassos auferidos, tenha um tratamento utilitário como ferramenta para subsidiar o futuro líder militar de uma experiência adquirida no exemplo de outros, encaminhando o estudo da história numa intenção exemplar, moralizante: “Os exemplos históricos esclarecem tudo; possuem, além disso, um poder demonstrativo de primeira categoria quando se trata de ciência empírica. Isso se verifica na arte da guerra mais do que em qualquer outro campo (Clausewitz, 1979 [1832]: 191)”.

Mas não é somente na História que os conteúdos das Escolas de oficiais militares buscam elementos constitutivos para dotar em seus discentes os atributos tradicionalmente esperados para o exercício da profissão. Se a História (Naval ou Militar) é ensinada enquanto conhecimento subsidiário para substituir a experiência real em conflitos, outras disciplinas das ciências humanas são inseridas, dependendo da Escola de cada Força.

Assim, temos na Escola Naval um programa curricular que já foi mais calcado em Engenharia, mas que atualmente, mesmo mantendo alta carga em ciências exatas, contempla áreas do conhecimento que abordam questões de possíveis zonas de atrito contemporâneas e ferramentas de compreensão da atualidade.

Por isso, encontramos nos objetivos gerais do ciclo Escolar da Escola Naval, o

- Ensino Básico, com a “finalidade de assegurar a base humanística, filosófica e científica necessária ao preparo do cidadão, do militar e do Oficial da Marinha, além de propiciar o desenvolvimento de sua cultura geral”;
- Ensino Profissional, para proporcionar as habilidades necessárias “ao exercício de funções operativas, técnicas e de atividades especializadas”; e a área do
- Ensino Militar-Naval, na transmissão de “conhecimentos essencialmente militares e navais e desenvolver as qualidades físicas, morais, cívicas e de liderança” (Brasil – Escola Naval, 2004: se02).

Na área do Ensino Militar Naval os objetivos concorrem para a composição de um comportamento de liderança no desempenho da profissão militar na Marinha e o desenvolvimento dessa qualidade de comando em seus aspirantes.

O primeiro e o segundo anos do Ciclo Escolar possuem disciplinas comuns às quatro habilitações: Mecânica, Eletrônica e Sistema de Armas do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais, além do Corpo de Intendência da Marinha, no qual encontramos “História do Pensamento Humano”, “Legislação Militar Naval”, “Expressão Oral e Psicologia para Liderança” e as

matérias de Português e Inglês que compõem o conhecimento em ciências humanas. As outras disciplinas básicas são essencialmente na área das ciências exatas.

A seguir apresentamos um quadro de todas as disciplinas ministradas no Ciclo Escolar da Escola Naval:

DISCIPLINAS DO CICLO ESCOLAR	
1º ANO	2º ANO
<u>MATÉRIA/CARGA HORÁRIA</u>	<u>MATÉRIA/CARGA HORÁRIA</u>
Cálculo - 120 h Desenho - 60 h Fundamentos de Informática - 120 h Física - 120 h História do Pensamento Humano - 60 h Inglês - 120 h Português - 60 h Legislação Militar Naval - 50 h Treinamento Físico Militar - 120 h Fundamentos Navais - 55 h Navegação - 90 h TOTAL: 975 horas	Cálculo - 120 h Cálculo Numérico - 60 h Eletricidade - 105 h Estatística - 60 h Expr. Oral e Psicologia p/ Liderança - 60 h Física - 120 h Inglês - 120 h Mecânica Geral - 90 h Treinamento Físico Militar - 120 h Fundamentos Navais - 60 h Navegação - 60 h TOTAL: 975 horas
3º ANO	4º ANO
<u>MATÉRIA/CARGA HORÁRIA</u>	<u>MATÉRIA/CARGA HORÁRIA</u>
Liderança - 90 h Disciplinas Corpo da Armada: - Habilitação em Mecânica - 675 h - Habilitação em Eletrônica - 675 h - Habil. Sistemas de Armas - 675 h Disciplinas Corpo de Fuzileiros Navais: - Habilitação em Mecânica - 675 h - Habilitação em Eletrônica - 675 h - Habil. Sistemas de Armas - 675 h Discip. Corpo de Intendentes da Marinha - Habil. em Administração - 675 h Inglês - 90 h Treinamento Físico Militar - 120 h TOTAL: 975 horas	Direito - 60 h Formação Econômica Brasileira - 60 h História Naval - 60 h Rel. Políticas no Mundo Contemp. - 60 h Disciplinas Corpo da Armada: - Habilitação em Mecânica - 525 h - Habilitação em Eletrônica - 525 h - Habil. Sistemas de Armas - 525 h Disciplinas Corpo de Fuzileiros Navais: - Habilitação em Mecânica - 525 h - Habilitação em Eletrônica - 525 h - Habil. Sistemas de Armas - 525 h Discip. Corpo de Intendentes da Marinha - Habil. Em Administração - 525 h Inglês - 90 h Treinamento Físico Militar - 120 h TOTAL: 975 horas TOTAL GERAL: 3900 h.
Fonte: Brasil - Escola Naval, Currículo 2004 ¹ .	

No terceiro e quarto anos observa-se maior carga específica nas habilitações, perfazendo um total de 675 horas/aula no terceiro ano e de 525 horas/aula no quarto ano equivalente a todas elas.

¹ Esta documentação foi conseguida no período de minha pesquisa de Doutorado e continua em vigor até atualmente.

No terceiro ano encontramos a disciplina “Liderança-1”, cujo objetivo geral é “Identificar, analisar e aplicar conhecimentos sobre o fenômeno da liderança, as características da formação militar e as habilidades necessárias em relações humanas, a fim de obter uma adequada fundamentação para o exercício da Liderança”, é ministrada no 1º ano atualmente por oficial militar do quadro complementar feminino (Brasil – Lid-1, 2003).

O conteúdo dessa disciplina aborda, enquanto ilustração dos exemplos de comportamento de liderança a serem seguidos, alguns tópicos isolados da área de história, mas sempre de maneira utilitária e moralizante. Na unidade 4 desta disciplina, “Características da Profissão Militar”, um dos subitens trata de “Valores e conduta pessoal militar”, que emprega exemplos de ícones da história da Força e dos militares em geral, além da unidade “Liderança Militar”, que realiza uma trajetória do perfil da liderança no subitem “Perfil do líder militar através dos tempos”.

A disciplina de História Naval, juntamente com Formação Econômica Brasileira, Direito e Relações Políticas do Mundo Contemporâneo, é ministrada no quarto ano. Seu conteúdo descreve os teatros navais principais dos grandes conflitos, sejam gerais ou brasileiros, desde as teorias da guerra, noções de estratégia, tática e logística, os Princípios de Guerra e as noções instrumentais da Guerra Naval até as guerras do século XX e a formação do Poder Naval brasileiro (Brasil, HNV-1, 2004: 1-4).

A especificidade dos conteúdos de História Naval concorre para que a transmissão desses conteúdos se dê com base na reprodução do conhecimento do profissional militar da Força, o que configura uma grande dificuldade em ser transmitida por um civil, mesmo que formado na área de História². Sem dúvida, o professor poderia dedicar-se a pesquisar na área para seu desempenho em sala de aula. No entanto, como são observadas peculiaridades pelo uso de uma *linguagem militar própria*, dificilmente esse conhecimento poderia ser transmitido por um agente educador que não fosse endógeno, muito semelhante ao emprego de exemplos históricos preconizado por Clausewitz:

Seria infinitamente meritório ensinar a arte da guerra através do simples meio de exemplos históricos, conforme Feuquières se havia proposto, mas seria pelo menos necessário consagrar-lhe uma vida inteira se se pensar que aquele que levasse a efeito um tal trabalho teria de começar por adquirir uma longa experiência militar (op. cit.: 196).

² Segundo o instrutor da cadeira de História Naval, seus antecessores também eram oficiais da Marinha. Da mesma maneira ocorre em Liderança-1, ministrada por uma oficial da Marinha. As outras disciplinas da área de ciências humanas são ministradas por docentes civis.

Esse pensador compreendia a utilização dos exemplos do passado enquanto ferramenta direta da atividade militar enfocando-se a história militar como meio instrutivo direto para a arte da guerra. Contudo, para ele era imprescindível seu emprego associado a uma experiência militar *real* no ensino da arte da guerra.

2.2. Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

Para enfrentar os desafios da nova ordem mundial sem prescindir do papel institucional essencial na esfera da política de defesa do país, o Comando do Estado-Maior do Exército brasileiro constatou a necessidade de preparar seus recursos humanos, lutando internamente para manter sua autonomia institucional, o que foi possível graças à postura apática dos setores políticos civis e da sociedade brasileira aos temas relacionados à defesa, e preocupou-se em compor uma Força terrestre melhor preparada para as novas tendências políticas no nível nacional e internacional, que se delinearam mais claramente em meados dos anos 1990.

Essa necessidade foi destacada em um documento elaborado pelo Estado-Maior e pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército intitulado “A Política Educacional para o Exército Brasileiro: Ano 2000 – Fundamentos”. Os fundamentos deveriam suprir “a necessidade de redimensionamento do perfil do militar profissional, tendo em vista os desafios esperados para os primeiros anos do século XXI (Brasil– GTEME, 1996: 1)”.

O documento elencava as circunstâncias pelas quais a Força poderia atuar e a existência de problemas relacionados ao seu enquadramento no panorama mundial e no sistema de defesa nacional no final do milênio e início do próximo. O Departamento de Ensino realizou contatos junto a universidades – a UNICAMP, por exemplo - para diagnosticar como se encontravam as escolas militares de formação da Força, suas carências e as possíveis intervenções para superá-las, num prazo plausível para tal: entre 1996 e 2003³.

O documento “Fundamentos” apresenta a questão da velocidade e da quantidade de informações e dos avanços nos diversos campos do conhecimento que atingem a todas as profissões e que forçam a mudança de comportamentos para que o homem contemporâneo possa acompanhar este acelerado desenvolvimento:

Desse modo, é necessário compreender que a rapidez com que as informações são processadas, difundidas e recuperadas cria novas necessidades individuais e organizacionais, exige novos comportamentos e estabelece uma nova realidade em que o tempo e o espaço são “encurtados”. Essa rea-

³ Desde 2004 a AMAN está ajustando aspectos que se comprovaram geradores de problemas no concurso do sistema de ensino e aprendizagem, fundamentados por pesquisas aos egressos chamadas de “Validação Curricular”.

lidade permite que o conhecimento de acontecimentos de variadas naturezas sejam difundidos para os mais diferentes públicos e partes do mundo, praticamente no mesmo momento em que estão ocorrendo (ibid.: 48).

Esse “encurtamento” dos acontecimentos modificando as sociedades tornou difícil prever e planejar as ações para o enfrentamento dos possíveis problemas com que o homem se depara:

Agora, a mudança é quase imprevisível, ela excede à experiência que nós trazemos do passado. O indivíduo tem de possuir habilidades, conhecimentos e atributos especiais para atuar produtivamente nessa realidade. Por outro lado, as organizações para continuarem a ser o fundamento básico da estabilidade, nessa era de rápidas mudanças, terão de ser mais abertas e flexíveis para serem efetivas e, então, sobreviverem (ibid.: 49).

O documento deixa claro que as organizações (no caso, as militares), para se manterem em atividade deveriam flexibilizar-se e as transformações ocorreriam, primeiramente, no campo educacional, proporcionando condições para efetivar as mudanças necessárias na conformação aos novos tempos, “alterações profundas na estrutura do conhecimento disponível”, “novas estratégias de aprendizagem”, uma “integração de diversas áreas”, “incorporar novos conhecimentos” e possibilitar a adaptação “às novas formas integradas de organização do saber”. Além disso, observa-se uma maior importância na formação humanística e na contextualização do conhecimento (ibid.: 51-52).

A nova realidade de um mundo “multipolar” e “globalizado” afeta principalmente o campo militar de atuação da liderança da Força, pois

... o militar da atualidade, obrigatoriamente, deve estar apto a participar de operações altamente descentralizadas, pois largas frentes de combate, os meios disponíveis, a capacidade de reação do inimigo e o largo emprego de meios eletromagnéticos condicionam esse procedimento. Outra habilidade precípua imposta ao militar moderno é a capacidade de decidir de forma rápida e em todos os escalões. É fácil constatar que essa aptidão é um corolário natural das operações descentralizadas (ibid.: 57-58).

Assim sendo, o documento declara mudanças educacionais que foram denominadas de “atual pedagogia militar”. Na formação de oficiais, o ensino “deve possibilitar, ao educando, um conjunto de conhecimentos capazes de acompanhar a evolução da sociedade, das ciências, do ofício do militar ao longo de sua carreira (ibid.: 61-62)”.

Apesar de o documento apontar a premência de mudanças organizacionais para se adaptarem às novas exigências, na “afirmação da identidade militar” acentua que os valores e as atitudes intrínsecos à carreira militar devem ser preservados, tais como o patriotismo, a disciplina, a lealdade e a responsabilidade. Para o alcance desse objetivo, denota-se grande ênfase no ensino

de História Militar geral e a ampliação do ensino de História Militar do Brasil por sua importância na divulgação e preservação desses valores:

O engrandecimento, o aperfeiçoamento, o desenvolvimento do Exército tem de ser sempre um processo de evolução em que o núcleo das motivações mais essenciais da instituição conforme e dê sentido a qualquer tipo de transformação, em qualquer nível.

Portanto, o estudo da História Militar do Brasil tem de permanecer e ser ampliado, permitindo que se analisem os comportamentos, os pensamentos e as vidas dos nossos modelos militares.

Naturalmente que os objetivos da matéria História Militar não devem limitar a essa finalidade, mas essa matéria deverá, também, ser estudada com esse sentido (ibid., p. 75-76 – realces meus).

O papel pragmático do ensino de História Militar, principalmente na abordagem da história do Brasil, é evidenciado na busca em se forjar comportamentos e constituir *modelos* a partir dos exemplos de personagens militares e do registro de suas realizações passadas. Outro aspecto também evidenciado é o trato da história enquanto conhecimento moralizante, no sentido de que este ensino reforçará as atitudes como patriotismo, disciplina e lealdade que se esperam da liderança da Força, uma divulgação positiva e utilitária, mesmo com o propósito educacional de contextualizar os assuntos abordados para proporcionar uma visão mais totalizante e menos fragmentada do conhecimento (ibid.: 10 e 14).

O programa curricular geral da AMAN é bastante extenso, tomando todo o dia do cadete em atividades de aulas presenciais ou não-presenciais, alocando tempos de aulas previstas a lhes estimular a pesquisa fora do ambiente das salas de aula e proporcionar-lhes certa autonomia educativa.

O curso compreende um período de ciclo Básico no primeiro e segundo anos, onde os conteúdos são mais gerais por serem comuns a todos: Este período tem por objetivos “ajustar a personalidade do Cadete aos princípios que regem a vida militar, assegurar os conhecimentos que o habilitem ao prosseguimento de sua formação de Oficial, formar o caráter militar, preparar o combatente básico, obtendo reflexos na execução de técnicas e táticas individuais de combate, obter capacitação física e desenvolver habilidades técnicas (AMAN - Ensino: Visão Geral, 2004)”.

No terceiro ano, o curso é direcionado ao desenvolvimento de cada Arma, escolhida pelos cadetes por classificação de desempenho escolar (os melhores classificados podem considerar, também, sua afinidade), que são: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Intendência, Comunicações e Material Bélico. O momento da escolha é decisivo e marcante na vida do cadete, de acordo com a descrição de Castro: “Com isso, (a escolha da Arma) encerra-se o período dos trotes, que já vinham diminuindo desde a entrega dos espadins. O cadete passa a ser ‘igual aos outros’, começa a ‘seguir o seu próprio cami-

no’, deixa de pertencer à ‘vala comum’: já tem Arma (1990: 53 – parênteses meus)”.

Eis, abaixo, a grade curricular geral:

GRADE CURRICULAR	
1º ANO	2º ANO
<u>MATÉRIA/CARGA HORÁRIA</u>	<u>MATÉRIA/CARGA HORÁRIA</u>
Matemática - 90h Mecânica - 60h Português - 120h Oratória - 30 h Psicologia I - 60 h Idiomas - 120 h Informática - 60 h Emprego Tático I - 70 h OPEFT - 99 Comando, Chefia e Liderança I - 30 h Técnicas Militares I - 172 h Tiro I - 44 h Treinamento Físico Militar - 150 h Complementação do Ensino - 655 h TOTAL: 1760 h	Métodos e Técnicas de Pesquisa - 60 h Comando, Chefia e Liderança II - 60 h Química - 60 h Estatística - 60 h Economia - 60 h Psicologia II - 60 h Introdução ao Estudo de Direito - 60 h Idiomas - 60 h Física - 60 h Emprego Tático II - 89 h OPEFT - 110 h Técnicas Militares - 144 h Tiro II - 36 h Treinamento Físico Militar II - 188 h Complementação do Ensino - 653 h TOTAL: 1760 h
3º ANO	4º ANO
<u>MATÉRIA/ CARGA HORÁRIA</u>	<u>MATÉRIA/CARGA HORÁRIA</u>
História Militar Geral - 60 h História Militar do Brasil - 60 h Geografia - 60 h Ciências Gerenciais I - 60 h Filosofia - 60 h Didática - 60 h Idiomas – 60 h Emprego Tático III – 292 h OPEFT - 84 h Técnicas Militares III – 170 h Treinamento Físico Militar - 166 h Tiro III - 28 h Complementação do Ensino- 600 h TOTAL: 1760 h	Apoio ao Combate e Logística - 56 h Emprego Tático IV – 295 h Ciências Gerenciais II-78 h Direito Administrativo – 60 h Direito Penal Militar - 60 h Sistemas Operacionais - 38 h Idioma Instrumental-19 h OPEFT - 180 h Comunicação Social - 30 h Tiro IV - 24 h Treinamento Físico Militar IV - 123 h Estágio de Preparação Específica – 344 h Complementação do Ensino - 453 h TOTAL: 1760 h TOTAL GERAL: 7040 h.
Fonte: Brasil – AMAN: Grade Curricular, 2004b: 3.	

No terceiro e quarto anos, portanto, o objetivo principal do ensino na AMAN é

a capacitação ao exercício do comando de pequenas frações, pelotão, e de subunidades de sua respectiva arma, quadro ou serviço. Consolidam-se o aperfeiçoamento das técnicas individuais do combatente, o elevado padrão de ordem unida e o contínuo desenvolvimento da capacidade física. A qualificação e a intensificação da Instrução Militar têm por objetivo principal

a habilitação ao exercício de cargos e funções inerentes ao Oficial Subalterno e ao Capitão em condições de combate e em tempo de paz (Brasil - AMAN, op. cit.).

Sendo o Exército a Força mais diretamente vinculada ao combate em teatros de operações terrestres, sua carga curricular nas disciplinas militares é acentuada, tais como Apoio ao Combate de Logística, Comando, Chefia e Liderança I e II, Emprego Tático I a IV, Organização, Preparo e Emprego da Força Terrestre, Técnicas Militares I a III, Tiro I a IV e Estágio de Preparação Específica, perfazendo a soma de 2327 de um total de 4679 tempos de aula. Podemos designar as disciplinas de História Militar como da área técnico-especializada⁴.

O ensino de História Militar do Brasil transmite um conhecimento moralizante, pois o oficial divulgará em seu desempenho como líder as versões da história oficial da instituição. Como a preocupação incide no trato com o elemento humano da Força e o aprendizado deverá servir de subsídio moral no comando das tropas, a História cumpre a tarefa de construir um conhecimento cívico do país e da Força de maneira positiva e contundente para não gerar desvios morais e questionamentos que não correspondam em ações fundamentadas, na certeza do papel que cada futuro oficial deve exercer como militar profissional e líder.

Mesmo que as estratégias adotadas no ensino empreguem trabalhos em grupo, pesquisas na internet e bibliografia disponível para a realização de trabalhos escritos e apresentação em forma de seminários, o conteúdo continua direcionado para o ensino da história segundo a interpretação do Exército, que não polemiza determinados temas e o orgulho estampado na forma como descrevem o trabalho pedagógico que realizam no ensino de História reflete o vínculo da prática pedagógica com a profissão militar e sua ação dogmática e doutrinária junto aos cadetes⁵.

A doutrina militar e os princípios de guerra, pilares para a compreensão dos conceitos constituídos com base nos estrategistas consagrados e principalmente inspirados em Clausewitz, são transmitidos pela cadeira de História Militar e constituem as principais disciplinas teóricas ministradas na AMAN.

⁴ As atividades previstas aos cadetes perfazem um total de 7040 tempos de aula. No entanto, os 2361 tempos que não computamos são as atividades apresentadas como Complementação do Ensino, tais como reuniões com o comandante da AMAN, do pelotão, férias, competição entre as Escolas das três Forças – a NAVAMAER -, e, por isso, não consideramos como disciplinas de transmissão de conteúdos, mas compõem as atividades previstas e obrigatórias (Brasil – AMAN, op.cit.: p.3).

⁵ Como exemplo desta atitude pedagógica, o Regime Militar ainda é denominado revolução e sua efetivação é considerada como inevitável na época para a manutenção das instituições democráticas do país, em uma ação salvacionista.

A preocupação dogmática verificada no ensino de História Militar do Brasil corresponde ao fato de o oficial do Exército trabalhar em equipe (sempre comanda, pelo menos, cinquenta homens em um pelotão de subordinados) e este exercício de doutrinação deve estar bem sedimentado em sua formação na AMAN. Para isso, a história tem um propósito bem estabelecido no princípio moralizante, não contrariando as concepções da história oficial da Força e de como a instituição considera o desempenho de seu papel na sociedade brasileira em seu devir.

2.3. Academia da Força Aérea Brasileira (AFA)

Sendo a Força mais recentemente organizada do país, a Força Aérea Brasileira apresenta algumas peculiaridades em seu perfil profissional e em sua Escola de formação.

Como foi majoritariamente organizada a partir do Exército, que mantém maior efetivo de Aviação Militar que a Marinha, a estrutura organizacional de seus quadros, a nomenclatura castrense empregada e os aspectos pedagógicos existentes em sua Academia militar aproxima a AFA da AMAN, se bem que com traços específicos de uma Força Aérea.

Até mesmo as patentes são idênticas às dos militares da Força terrestre, bem como, em sua Academia, a existência de um Corpo de Cadetes, a efetivação de atividades vinculadas ao Corpo, o Programa de Treinamento Militar e de Liderança que define o tratamento entre os cadetes, suas funções administrativas e de serviço, todos estes elementos são muito próximos daqueles existentes no dia-a-dia do cadete da AMAN.

Existem algumas peculiaridades que traduzem o desempenho profissional dos oficiais da FAB, principalmente os aviadores, no que concerne ao risco inerente à prática do voo, concorrendo, sem generalizações categóricas, para que jovens com perfil mais arrojado e com certo gosto pelo perigo prefiram servir nesta Força

Além disso, o ambiente tridimensional das operações aéreas exige dos oficiais aviadores maior versatilidade na aplicação das múltiplas possibilidades de emprego, pela inexistência de obstáculos naturais ou barreiras físicas. A *Doutrina Aeroespacial* da Força Aérea Brasileira define como características da Força Aérea estes fatores:

A Força Aérea possui características marcantes que a tornam mais versátil componente do Poder Militar. Essas características podem permitir à Força Aérea reações rápidas contra qualquer tipo de objetivo, em qualquer local no raio de ação dos seus vetores. Permite dispersar no solo ou em voo e concentrar-se sobre o objetivo, vindo de diferentes direções. Permite atacar alvos distantes, apoiar forças de superfície e controlar o espaço aéreo, empregando os mesmos elementos básicos de modo simples e coordenado (Brasil – DCA 1-1, 2005: 22).

Assim sendo, o contexto de aplicação dos meios aéreos, a flexibilidade e adaptabilidade doutrinária da Força compõem um ideário de guerreiro aéreo, historicamente imbuído de um charme observado nas descrições dos “ases” da Primeira Guerra Mundial, como Von Richthofen, o “Barão Vermelho”, e Rickenbacker, diferente de seus pares da Força terrestre e naval (SANTOS, 1989: 25-26).

Talvez seja também, por isso, que a AFA esteja sempre em constante mudança curricular, no desejo de compor uma melhor formação que corresponda a uma maior adaptabilidade.

Desde a transferência da Academia para Pirassununga, seu programa curricular apresentou uma série de mudanças. Nos anos 1970 apresentava grande carga horária na formação de História e Geografia Geral, além de História do Poder Aeroespacial e uma disciplina de Estudos Sociais, que se revezava com História e Geografia.

A partir dos anos 1980, o currículo dedicou maior peso na área de Ciências Físicas e de Matemática, de acordo com a própria organização das áreas de conhecimento científico geral. A divisão dessas áreas e sua denominação, no ambiente hierárquico também observado na AMAN que reporta a Seção A para História Militar e Geografia pela relevância daqueles conteúdos na formação do futuro oficial do Exército, o mesmo acontecia na AFA, em que as Áreas 1 e 2 eram destinadas às disciplinas de Matemática e Ciências Físicas e Químicas e a Áreas 3 e 4 destinadas a Línguas e Ciências Administrativas e Sociais (Oliveira, 2001: 43-45).

A distribuição das atividades na AFA, tanto as vinculadas à Divisão de Ensino (local das salas de aula), quanto às da instrução militar e administrativa, ocupam praticamente todo o dia dos cadetes desde a alvorada até o período de silêncio. Esta realidade também é observada na Escola Naval e na AMAN, mas com uma diferença: naqueles currículos eram previstos tempos livres para os alunos estudarem ou cuidarem de seus interesses pessoais.

No caso da AFA o tempo livre é inexistente e mesmo os tempos de aula destinados à flexibilidade no horário (denominados DDEs – à disposição da Divisão de Ensino), devem ser cumpridos em sala de aula ou na Biblioteca, não podendo se ausentar do perímetro das mesmas.

Outro fator a ressaltar é a enorme carga de conteúdos previstos nos cursos de formação de oficiais da Força Aérea, numa abrangência que traduz a inexistência do perfil profissional que se pretende formar e as constantes mudanças curriculares não contribuem para se definir esse perfil.

Para tornar esta indefinição mais acentuada, em maio de 2003 o Comando da Aeronáutica organizou um grupo de trabalho com o propósito de instituir uma mudança curricular na formação dos oficiais das três especialidades da AFA, inserindo os conteúdos do curso de Administração.

Uma das justificativas apresentadas foi a de também prepará-los ao desempenho correspondente à realidade brasileira de conviver em paz e, por isso, o maior exercício dos mesmos estaria vinculado à administração da Força.

No entanto, para contemplar este currículo, foi necessário haver um significativo corte na formação especializada e militar, além de ter aumentado em mais de 1.000 tempos de aula a grade curricular existente. Assim, de 6.400 tempos de aula previstos para a formação do Oficial aviador, o currículo passou a ter até 8.200 tempos. Atualmente esta carga diminuiu, mas ainda são alocados 3.000 tempos de aula para contemplar os parâmetros curriculares de Administração⁶.

Dessa maneira, há fortes elementos que comprometem o perfil do líder guerreiro da Força Aérea, principalmente nas especialidades de Aviação e de Infantaria, cuja formação específica ao desempenho militar compreendia a maioria de seu currículo em vigência até 2003. No caso da Intendência, essa adequação representa menor dificuldade, pois seu curso contempla a presença de disciplinas da área de Administração e sua grade curricular sofre, apenas, alguns ajustes para seguir os parâmetros curriculares exigidos ao curso, comprometendo em menor medida os conteúdos técnico-especializados.

Foi proposta a extinção do voo de instrução inicial na aeronave Universal T-25, realizado no segundo ano, a partir de 2006, que seria substituído por um programa de teste de habilidades psicomotoras e espaciais como fase eliminatória no processo de ingresso ao curso de aviadores, o PILAPT (Piloto Aptitude Testing), para liberar tempos de aula destinados ao curso de Administração. A concentração da instrução aérea passaria ao quarto ano, com o avião militar Tucano T-27. Entretanto, até 2008 o voo do segundo ano não foi extinto e muitos oficiais e cadetes que fizeram o teste não o consideraram suficiente para substituir a instrução no T-25, além de o T-27 ser uma aeronave mais potente e, por isso mesmo, perigosa para se ministrar a instrução inicial de voo.

Ao realizarmos uma aproximação inicial a respeito deste processo em andamento na AFA, constata-se que o perfil do egresso não está claramente estabelecido na política educacional da liderança da Força Aérea. Em decorrência disso, os programas curriculares de formação de oficiais da Força, sempre em processo de alterações, inserem vários conteúdos com pouca fundamentação, de maneira personalista e aleatória, dependendo das decisões do Comando.

A organização curricular da AFA, inserida na realidade de uma instituição autoritária na qual o respeito à hierarquia é incontestável e um dos pilares das instituições castrenses em geral, segue as proposições determinadas pelas chefias, desconsiderando os aspectos técnicos e pedagógicos na composição dos currículos.

⁶ Desde a primeira turma, que se iniciou em 2004 abrangendo o curso de Administração, até 2008 já houve cinco significativas mudanças, inserindo ou retirando matérias, aumentando ou diminuindo carga horária, aumentando ou diminuindo o número diário de aulas e sua duração. A primeira turma se formou em 2007 teve um currículo muito diferente das turmas remanescentes. Por isso, não haverá condições de se apresentar a Grade curricular geral da AFA, pois existem quatro grades diferentes (do 1º, 2º, 3º e 4º esquadrões).

Com o “inchaço” do programa de matérias, os cadetes assumem uma postura apática e pouco comprometida durante as aulas pelo tempo muito escasso para os estudos extraclasse, sem reflexão dos conteúdos estudados e tornando o aprendizado cada vez mais superficial e pouco fundamentado. Como é do senso comum entre os cadetes dessa Academia, a formação compreende “um mar de conhecimento com um palmo de profundidade (Cadete 6 feminina do 4º ano de Intendência – AFA *apud* Oliveira, 2004: 168)”.

Quanto à formação do líder guerreiro, as disciplinas de História Militar se mantêm nessa nova estrutura curricular. Em algumas mudanças anteriores foram diminuídas as aulas História Militar. No entanto, seu conteúdo praticamente ficou inalterado.

No contexto da Aeronáutica, a cadeira de História Militar quase sempre foi ocupada por docente civil com formação na área. Nem por isso é possível utilizar estratégias pedagógicas diferentes das previstas ou inovar na abordagem dos assuntos.

O fato de existir um corpo docente civil na AFA não traduz, necessariamente, uma diferenciação nas práticas pedagógicas e determinações autoritárias, se comparadas à realidade das instituições de ensino da oficialidade militar da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro.

Na verdade, as limitações impostas pelas instalações físicas da Escola, na distância e confinamento dos cadetes em relação aos grandes centros pela localização da AFA (a treze quilômetros da cidade de Pirassununga, no interior de São Paulo), o controle exercido sobre os cadetes pelo comando do Corpo de Cadetes, além do quase inexistente tempo livre dos alunos tanto para a prática de leituras no aprofundamento dos conteúdos e na realização de pesquisas como para entretenimento, descanso, resolução de suas questões pessoais, tudo isso obstaculiza a transmissão de conhecimento, em qualquer área, que exija maior dedicação e reflexão por parte do cadete na constituição de um saber autônomo e criativo.

Neste aspecto, as instituições de ensino castrenses brasileiras apresentam uma contradição, verificada na AMAN e marcante na AFA. Se a missão dessas Escolas militares consiste na formação de futuros líderes, mesmo para exercerem cargos de chefia de pouca complexidade enquanto tenentes, a liderança prevê a possibilidade de o indivíduo ter iniciativa e voz de comando, muitas vezes sendo obrigado, pelo menos em circunstâncias de combate, a tomar decisões rápidas que não comprometam sua vida, a de seus comandados e os objetivos da guerra. No entanto, a prática educativa castrense é efetivada sob intenso controle.

A exigência de maior conhecimento na área da tecnologia explica, em parte, os extensos currículos de matérias dos cursos de formação de oficiais. Entretanto, as práticas educativas nas escolas castrenses em geral e na AFA em particular não possibilitam claramente a formação de um perfil profissional de liderança autônoma e amadurecida.

Como afirmamos anteriormente, as condições limitantes ao aprofundamento dos assuntos e instigação para que os cadetes busquem construir um conhecimento autônomo e amadurecido são praticamente inviáveis, talvez menos pelo controle ideológico exercido sobre o que é ministrado e mais pela falta de tempo livre aos cadetes para leituras prévias e pesquisas bibliográficas.

Em um cotidiano escolar de internato, com aulas das 7:10 horas até às 17:40 horas, com breves descansos durante o almoço, além de se manter os compromissos administrativos vinculados ao Corpo de Cadetes (e de aulas de Inglês e Espanhol) até às 22:00 horas quase todos os dias, certamente seria sobre-humano os cadetes ainda se dedicarem à leitura e à reflexão dos conteúdos estudados nas aulas durante o dia.

3. Sugestões acerca dos conteúdos mínimos necessários à formação da liderança militar brasileira e o comprometimento do Ministério da Defesa no processo

Devido à consistente experiência docente e enquanto pesquisadora da área do conhecimento e divulgação na formação do profissional castrense, apresentarei considerações adquiridas nesta trajetória construída para apresentar uma interpretação das Ciências Militares, compreendendo que seus conceitos têm como objetivo uma reflexão quanto ao melhor preparo para a atividade humana da guerra, mesmo que seja no sentido da dissuasão em nome da defesa da soberania e territorialidade de uma nação, respeitando-se as convenções supranacionais estabelecidas, de acordo com a Política de Defesa Nacional em vigor (Brasil – LDN, 2005).

Primeiramente, reportando-me a Clausewitz, a guerra é um fenômeno essencialmente político, desde a formação dos Estados-nacionais até os dias de hoje, constitui um dos pilares da construção das relações internacionais e do panorama político-diplomático vigente, mas se efetiva em um universo primordialmente inusitado (op. cit. :87). As circunstâncias de um conflito entre forças humanas, mesmo com o aparato tecnológico, levam seus protagonistas aos limites do medo, da dor, da fadiga e, por fim, da dura realidade da morte.

Dessa maneira, as considerações apresentadas se fundamentam na obra de Clausewitz do fenômeno da guerra, balizando os conceitos das Ciências Militares à luz da obra deste grande pensador militar do período contemporâneo, provavelmente o maior deles, e sugerindo a construção do trabalho pedagógico de formação da liderança militar atual, com fundamentos teórico-metodológicos para sua destinação enquanto profissionais da farda brasileiros pautados por meio de profissionais educacionais sob a coordenação do Ministério da Defesa.

3.1. Conceitos e áreas do conhecimento pertinentes às Ciências Militares

Com o propósito de lançar luz sobre a questão de quais áreas do conhecimento devem compor as Ciências Militares, e norteada pela definição clauswitziana da noção de guerra como ação política do Estado, a base epistemológica defendida aqui é a humanista.

Se a guerra é o confronto de forças vivas que atuam no universo do acaso, testando a capacidade de seus profissionais militares ao enfrentarem a dura realidade do sofrimento e da morte, infere-se que os fundamentos teóricos das Ciências Humanas afetos ao objeto das relações sociais e da organização dos Estados são as áreas do conhecimento que dão aporte a quaisquer abordagens das atividades militares (Clausewitz, op. cit.: 74, 76 e 85).

A própria busca de aprendizados como substituto da experiência direta no combate ao estudo da História encerra esta afirmação (Weigley, 1981: 15). Por isso mesmo, não somente na História, mas na Antropologia, na Psicologia, na Ciência Política, na Economia, na Geografia e nos estudos das relações contemporâneas entre os Estados, apresentados como conteúdos das Relações Internacionais, encontramos sustentáculo para analisar o fenômeno e a atividade profissional da guerra, mais uma vez reiterando que as Ciências Militares têm como objeto principal seu entendimento.

Os componentes aplicáveis ao incremento tecnológico bélico no emprego de Ciências Naturais para estabelecer e prever manobras, esquadriñar teatros de operações, cartas náuticas e planos de vôo são essenciais; no entanto, se vinculam ao nível operacional e tático da atividade da guerra. Os fundamentos de nível político ou estratégico os precedem.

Assim entendidas, as Ciências Humanas acima mencionadas devem, no trato para compor as Ciências Militares, reportar-se às suas definições, mas defendendo que toda a abordagem neste caso deve ser destinada ao fenômeno da guerra.

Os conceitos básicos da produção Histórica são essenciais para a compreensão do conhecimento que ela possibilita; entretanto, na problematização dos elementos das Ciências Militares o corte epistemológico se atém à trajetória dos conflitos, ao desenvolvimento das civilizações por meio da atividade da guerra, à compreensão da ciência e da tecnologia modificando seus resultados, às forças materiais que encaminham a atividade da guerra ao longo de seu registro na História da humanidade.

Neste mesmo sentido afirmo que as outras áreas mencionadas das Ciências Humanas devem receber a essa aproximação: a definição da ciência, a familiaridade com seus conceitos básicos e o corte epistemológico na atividade da guerra. Isso traduz a própria definição das Ciências Militares em seu sentido pluralista. A tecnologia e as Ciências Naturais determinam e criam os meios; seus fundamentos residem nas Ciências Humanas e determinam os fins.

Por isso mesmo, toda a apreensão deste conhecimento plural nos impõe dois aspectos indissociáveis nas atividades militares: a construção de seus elementos constitutivos deve reportar-se aos clássicos de cada Ciência Humana abordada; em segundo, as Forças Armadas não podem prescindir de recursos humanos com múltiplas atribuições, todas direcionadas no vislumbre do mesmo horizonte, qual seja, a defesa nacional por meio da atividade da violência controlada do Estado contra ameaças externas, seguindo, nesta assertiva, a definição de Huntington das forças profissionalizadas do Estado (op.cit.: 81) e o art. 142 da Constituição Federal brasileira: “a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (1994 [1988])”.

3.2. A formação dos recursos humanos no exercício da atividade da guerra – as Ciências Militares para a liderança das Forças Armadas

Se existe a necessidade incontestável de um reporte em várias fontes do conhecimento para fundamentar a construção do pensamento e da atividade profissional militar, isso não quer dizer que cada elemento humano que compõe a Força tenha de saber todas os campos. Ao contrário: todas as tentativas de se compor um currículo escolar abrangendo para todos um universo quantitativamente diversificado trouxe como resultado o empobrecimento da formação e o inadequado uso dos talentos individuais, muitas vezes desperdiçados (Guimarães, 1993: 32, 82 e 127).

A estrutura curricular a que me reporto se estabelece da seguinte maneira, em linhas gerais:

- Definição de um conhecimento mínimo necessário à atividade profissional que se busca formar;
- constituição de elementos comuns identitários da profissão (concepção de ciência, sua aplicabilidade, sua fraseologia) que selecionam as pessoas a se interessarem por aquela profissão a partir de um perfil profissional mínimo que se pretende imprimir; e, por último,
- oferecimento de diversas disciplinas eletivas para que cada aspirante àquela profissão construa uma maneira de contribuir para a Força, acentuando seus atributos, de acordo com as afinidades individuais nas diversas áreas do conhecimento.

Isto posto, registro que a maneira mais otimizada de se abordar e em seguida formar bacharéis em Ciências Militares seja a criação de uma estrutura curricular de acordo com o sistema das Instituições de Ensino Superior brasileiras, para que o conhecimento seja mais abrangente, definindo um componente programático mínimo responsável por 40% do curso e os 60% restantes seriam oferecidos em disciplinas eletivas, computadas por meio de um sistema de créditos.

Estas disciplinas ministrariam conteúdos das várias áreas do conhecimento exigido para a atividade de profissional em Ciências Militares de maneira complementar ao currículo mínimo, possibilitando o aprofundamento dos fundamentos teóricos ou aplicados em cada disciplina.

Nesta definição manifesta de um curso de formação em bacharéis nas Ciências Militares, os componentes curriculares técnico-especializados das habilitações, armas, quadros e serviços estão inclusos no currículo mínimo da cada uma. As disciplinas comuns a todos devem ser estabelecidas como um ciclo básico (inclusive o básico da instrução militar), do qual não caberão disciplinas eletivas; as instruções e áreas do conhecimento técnico-especializado comporão um segundo momento do curso, juntamente com as Ciências Humanas ou as Naturais, incrementadas pelas disciplinas eletivas, também nelas, e não somente nas teóricas ou aplicadas.

Assim sendo, os talentos individuais e atributos específicos de cada discente seriam aproveitados e contemplados, sempre com direcionamento de toda área do conhecimento voltada para o corte teórico-epistemológico das Ciências Militares, de acordo com a sucinta afirmação acima, e somando-se ao perfil exigido dos discentes para serem os futuros líderes militares das Forças Armadas, numa prática profissional que exige construção do pensamento militar fundamentado, iniciativa, responsabilidade social e institucional, criatividade, consciência de seu dever e das vicissitudes próprias do exercício da profissão.

Considero ser a fórmula educacional mais apropriada para constituir o líder militar, no preparo para exercer seu ofício com qualidade e no estabelecimento de circunstâncias educativas que conduzem aos atributos morais e doutrinários adstritos ao universo castrense, tais como disciplina, respeito à hierarquia, coragem, lealdade, honra, dever e sentimento patriótico.

Todos estes atributos são abstratos e carregados de subjetividade. A prática retórica repetitiva de constituí-los pouco conduz ao seu despertar nos discentes. O exemplo de caráter e o comprometimento pedagógico de cada docente ou instrutor, a apresentação dos fundamentos que levam à exigência destes atributos e um ambiente educativo estável e com diretriz única, no qual todos os componentes que exercem seu trabalho educativo, respeitando-se suas especificidades, estrutura didática e talentos específicos que dão o matiz a cada professor ou instrutor, em sua atividade de ensino, sejam cúmplices e cooperativos no alcance da missão fim de um curso de Ciências Militares.

3.3. A inserção do Ministério da Defesa em ações efetivas no aprimoramento da formação da oficialidade militar brasileira

Já existem as Leis de Ensino que determinam o ensino militar tanto no comando do Exército quanto no Comando da Marinha, aprovadas pelo Congresso Nacional.

Suas determinações estão voltadas ao ensino da Força como um todo e a sugestão aqui apresentada pretende aprimorar os elementos constitutivos de suas definições no que tange a formação dos futuros oficiais militares, estendidas também ao Comando da Aeronáutica.

Este aprimoramento a que me refiro leva em conta a superação de limitações objetivas para contemplar as várias áreas do conhecimento, as necessidades de se compor um corpo docente maior, mas principalmente constituir um currículo mínimo comum às três Forças para aproximar a formação da liderança brasileira e criar oportunidades educativas para integrar o emprego operacional em simulações de diversos teatros de conflitos, de acordo com os possíveis enfrentamentos que colocariam a soberania, a integridade territorial e a segurança populacional da nação.

Entrementes, na organização de um curso de Ciências Militares, fundamentado em Ciências Humanas, voltado para a compreensão do fenômeno da guerra em seus mais variados elementos constitutivos sob a ótica humanista e condicionado à perseguição de uma diretriz educacional única, mas englobante, é fato que muita coisa deverá ser repensada, muitos conteúdos terão de ser revistos, suprimidos, complementados em todas as áreas, por meio de um ambiente educativo estável que reflita educativamente a Força que a compõe, para não gerar insegurança tanto dentre os agentes educadores quanto dentre os discentes.

Acrescentar aspectos novos é uma característica prevista nas instituições de ensino superior, mas não podemos constantemente viver em mudanças, ainda mais aquelas que deverão estabelecer fortes alicerces para dar sustentabilidade às ações complementares, prescindindo de transformações profundas, assim definido no Princípio do Objetivo: “Uma vez fixado o objetivo, deve-se nele perseverar, sem permitir que as circunstâncias da guerra o desviem de vista (Brasil - DCA 1-1, op. cit.: 25).

Um processo que estabelecesse um curso de Ciências Militares com disciplinas obrigatórias e eletivas também exige investimento massivo dos Comandos Militares e do Ministério da Defesa em seu Corpo Docente, no que diz respeito à contratação de um maior número de profissionais em todas as áreas do conhecimento e à qualificação dos já existentes.

Além disso, é imprescindível efetivar elementos convincentes, junto aos profissionais militares, para que a produção intelectual nas Escolas de formação de oficiais seja valorizado, pois é uma atividade que exige dedicação, esforço mental, mas também físico, e tempo tanto quanto qualquer outra atividade profissional aplicada.

Por isso, torna-se urgente que os militares que atuam lado a lado com os docentes, necessidade perceptível pelo menos no ambiente da Academia da Força Aérea, sejam estimulados a perceber a produção intelectual enquanto condição intrínseca à prática pedagógica e uma legítima maneira de servir às Forças Armadas e ao nosso país, tal e qual seus colegas de farda. Que o trabalho intelectual é digno e honroso como o de qualquer servidor e exige de

quem o faz muita dedicação até mesmo fora do ambiente institucional onde atua.

Neste sentido o Ministério da Defesa possui legitimidade e condições organizacionais objetivas na consecução deste processo de aprimoramento da formação da oficialidade brasileira nos três Comandos militares.

Sua ação efetiva, avançando na iniciativa da criação da Comissão Permanente de Interação do Ensino Militar (CPIEM), incidiria na coordenação de grupos de trabalho reunindo elementos militares e civis das três Forças em uma ação pedagógica conjunta, elencando os conteúdos tangentes nelas existentes, definindo as necessidades na contratação de professores e aquisição de equipamentos para incremento das Escolas, discutindo e deliberando com o intuito de apresentar subsídios fundamentados para definir os profissionais militares que cada Força necessita e as circunstâncias pedagógicas a serem implantadas, com o objetivo de assessorar os Comandos e seus Departamentos de Ensino na tomada de decisões e no suporte necessário à sua consecução.

Sem dúvida, além de melhor gerir a formação superior da oficialidade brasileira, o comprometimento direto do Ministério da Defesa na condução das decisões incidentes sobre o ensino nas três Forças concorreria para a consolidação do papel institucional desta pasta ministerial junto aos Comandos militares e à sociedade brasileira.

4. Considerações finais

Existe uma crença dentre os mais antigos que seus subordinados devem, de maneira incontestável, cumprir suas ordens sem a necessidade de estabelecer condições objetivas mínimas ao cumprimento das missões. Só que isso configura abuso de autoridade e não um exercício de liderança.

Para que possamos constituir um universo acadêmico plural, cuja excelência seja perseguida em todas as atividades necessárias nas Forças Armadas brasileiras, inclusive no despertar dos atributos que são o ponto de honra segundo a compreensão do que se espera do futuro oficial militar, torna-se urgente que os futuros oficiais sejam tratados em sua formação como jovens adultos, com senso de direitos e deveres, sem ferir as prerrogativas militares de hierarquia e disciplina.

Para isso, o ambiente educacional deve considerar os discentes como responsáveis e dedicados aos estudos, estimulando-os a aprender cada vez mais e melhor, a aprofundar seu conhecimento, a pesquisar em diversos meios possíveis, a construir seu conhecimento de maneira autônoma e ilimitada. Para que tudo isso se torne possível e passível de ser exigido dos discentes militares devemos garantir as condições objetivas para tudo isso.

Além do necessário incremento tanto nos meios eletrônicos quanto na aquisição regular e constante de livros e materiais diversos aplicados para a

consecução de seu aprendizado, os cadetes devem ter um tempo diário livre, para que eles possam se organizar, dedicar-se ao preparo para as aulas e instruções, resolver seus problemas pessoais, descansar, atualizar-se nos diversos meios de comunicação, preservar seu perfil militar, mas também serem estudantes de nível superior.

Nosso universo acadêmico militar deve possibilitar ao cadete espaço para cometer equívocos, erros de conduta, para que ele demonstre seu verdadeiro caráter, tudo isso no decorrer de sua formação, possibilitando aos educadores de cada Escola corrigir seus deslizes, avaliar seu perfil e até reconhecer aqueles que não possuem caráter ou identidade necessários para o desempenho do exercício de profissional da violência do Estado, com a dedicação exigida nesta profissão e a maturidade e responsabilidade imprescindíveis naqueles que a abraçam. É para isso que as Escola de formação devem atuar.

Ninguém vem preparado para o que deverá ser enquanto oficial militar; então os erros, os equívocos, os deslizes de conduta acontecem para que possamos corrigi-los e demonstrar o comportamento que esperamos de cada um deles até ter o direito de ostentar a Espada da Formatura como Guarda-Marinha ou Aspirante.

O dever das Escolas de formação de oficiais da profissão militar é o de ensinar, imprimir este comportamento por meio de ações educativas e não na repressão de quaisquer falhas, cerceando sua autonomia. Assim contribuiremos para que nossos jovens amadureçam, tenham a exata consciência do que se espera deles e se tornem a liderança capaz de atuar na Força no enfrentamento dos desafios que o exercício desta profissão no Brasil impõe.

5. Referências

ARON, Raymond. **Pensar a Guerra, Clausewitz**. Trad. Elisabeth M. S. Trajano. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 1986 [1976], 2 vol.. (Pensamento Político, 71-72)

BRASIL. **Constituição de 1988** - Edição Revisada de 1994. Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.

_____. **A Política Educacional para o Exército Brasileiro: Ano 2000 – Fundamentos**. Brasília/DF: Ministério do Exército e Estado-Maior do Exército, 1995.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 9.394, de 20 dez. 1996**. Brasília-DF: DOU de 23 dez. 1996, Seção 1, Ministério da Educação, p. 27.839.

_____. **Fundamentos Para a Modernização do Ensino - GTEME**. Rio de Janeiro: Ministério do Exército – Departamento de Ensino e Pesquisa, Doc. Nr 49 de 15 de julho de 1996.

_____. **Programa de História Naval**. Rio de Janeiro: Escola Naval, 1997.

- _____**Plano Setorial de Ensino (DMA 37-9)**. Programa de Cursos e Estágios de Formação e de Carreira para o Corpo de Oficiais da Força Aérea Brasileira. Brasília - DF: DEPENS, V. II, 1997.
- _____**Programa de História Naval (HNV) – Sumário**. Rio de Janeiro: Escola Naval, 2001.
- _____**Programa de Formação Econômica Brasileira (FEB) – Sumário**. Rio de Janeiro: Escola Naval, 2001.
- _____**Programa de História Militar 1**. Pirassununga-SP: AFA, 2002a.
- _____**Programa de História Militar 2**. Pirassununga-SP: AFA, 2002b.
- _____**Programa de História Naval (HNV) – Projeto Específico**. Rio de Janeiro: Escola Naval, 2002.
- _____**Programa de Relações Políticas do Mundo Contemporâneo (RPC) – Sumário**. Rio de Janeiro: Escola Naval, 2003.
- _____**Programa de Liderança (LID-1) – Sumário**. Rio de Janeiro: Escola Naval, 2003.
- _____**Proposta Curricular dos Cursos de Formação de Oficiais**. Resende-RJ: AMAN, 2004b.
- _____**Proposta Curricular do Curso de Administração da Faculdade de Administração da Aeronáutica – FAAER**. Pirassununga-SP: AFA, 2004.
- _____**Currículo da Escola Naval – 2004**. Rio de Janeiro: EN, 2004.
- _____**Portaria n.º 97/MD, de 05 fev. 2004**. Brasília-DF: Diário Oficial da União n.º 26 de 06 fev. 2004a, Seção 1, Ministério da Defesa, p. 4.
- _____**Portaria n.º 287/CG3, de 04 mar. 2004**. Brasília-DF: Diário Oficial da União n.º 44 de 05 mar. 2004b, Seção 1, Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica, p. 10.
- _____**Doutrina Aeroespacial (DCA 1-1) – Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira**. Brasília-DF: Ministério da Aeronáutica, 2005.
- _____**Política de Defesa Nacional (LDN)**. Brasília-DF: Ministério da Defesa, 2005.
- CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**. Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Prefácio de Anatole Rapaport. Trad. Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes Ed., 1979.
- DEWEY, John [1859-1952]. **Vida e Educação**. Trad. Anísio S. Teixeira. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 107-191. (Os Pensadores)
- FONSECA, Selva Guimarães. *Os Caminhos da História Ensinada*. Campinas - SP: Papyrus, 1993. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- _____*Ser Professor no Brasil: História Oral de Vida*. Campinas - SP: Papyrus, 1997. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares**. Trad. José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996 [1957]. (Coleção General Benício vol. 317)

- KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **A Máscara do Comando**. Trad. Geraldo P. de Almeida Filho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1999.
- LEIRNER, Piero de C.. **Meia Volta Volver** – um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- _____. **O Sistema da Guerra: uma leitura antropológica dos exércitos modernos**. Orientação de Maria Lúcia A. Montes. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2001.
- OLIVEIRA, Tania R. P. de G. T. de. **Ensino de História Militar: uma análise centrada na concepção do ensino de História na formação dos oficiais da Força Aérea Brasileira**. Orientação de Amarílio Ferreira Junior e Antonio Carlos W. Ludwig. Dissertação de Mestrado. São Carlos-SP: UFSCar, 2001.
- _____. **O Estudo da Guerra e a Liderança Militar Brasileira (1996-2004)**. Orientação de Amarílio Ferreira Junior e Antonio Carlos W. Ludwig. Tese de Doutorado. São Carlos-SP: UFSCar, 2004.
- PROENÇA JR, Domício e DINIZ, Eugênio. **Política de defesa no Brasil: uma análise crítica**. Brasília: Editora Universidade Federal de Brasília, 1998. (Série “Prometeu” – Selo Humanidades).
- PROENÇA JR, Domício, DINIZ, Eugênio e RAZA, Salvador G.. **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- SANTOS, Murillo. **Evolução do Poder Aéreo**. Rio de Janeiro: Edição Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1989.
- WEIGLEY, Russel F. (org.). ”Introdução”. In: **Novas Dimensões da História Militar**. Vol. 1. Trad. Octávio A. Velho. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1981 [1975], p. 13-42.
- WRIGHT, Quincy. **A Guerra**. Condens. Louise Leonard Wright. Trad. Delcy G. Doubrawa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1988. (Coleção General Benício)